

**PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO**  
**COORDENAÇÃO**

# Comentários à Lei de Recuperação de Empresas

RUY PEREIRA CAMILO JUNIOR | MARCELO BARBOSA SACRAMONE | JOSE ANCHIETA DA SILVA | THOMAS BENES FELSBURG |  
VICTORIA VACCARI VILLELA BOACNIN | ERASMO VALLADÃO A. E N. FRANÇA | MARCELO VIEIRA VON ADAMEK | RICARDO TEPEDINO  
| FRANCISCO SATIRO DE SOUZA JUNIOR | RENATO LUIZ DE MACEDO MANGE | ADRIANA VALÉRIA PUGLIESI | SHEILA C. NEDER  
CEREZETTI | JOÃO PEDRO SCALZILLI | LUIS FELIPE SPINELLI | RODRIGO TELLECHEA | LEONARDO ADRIANO RIBEIRO DIAS | FABIANA  
BRUNO SOLANO PEREIRA | SÉRGIO CAMPINHO | MARIA CRISTINA ZUCCHI | LUIZ FERNANDO VALENTE DE PAIVA | THIAGO BRAGA  
JUNQUEIRA | ALBERTO CAMIÑA | DALTRD BORGES FILHO | SIMONE BARROS | MANDEL JUSTINO BEZERRA FILHO | PAULO FURTADO  
DE OLIVEIRA FILHO | LUIZ ANTONIO SAMPAIO GOUVEIA | JULIANA BUMACHAR | ASSIONE SANTOS | MANDEL DE QUEIROZ PEREIRA  
CALÇAS | TATIANA FLORES G. SERAFIM | GABRIEL SAAD KIK BUSCHINELLI | ANA ELISA LAQUIMIA DE SOUZA | PAULO FERNANDO  
CAMPOS SALLES DE TOLEDO | SABRINA MARIA FADEL BECUE | PAULO FERNANDO CAMPANA FILHO | RENATA MOTA MACIEL |  
ARTHUR MIGLIARI JÚNIOR | OTÁVIO JOAQUIM RODRIGUES FILHO | ÁLVARO A. C. MARIANO | PAULO PENALVA | EDUARDO MATTAR

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tox:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiárias:* Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damara Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourri

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Lucas Kfourri

*Adaptação capa:* Linotec

*Lider de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araujo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Comentários à Lei de Recuperação de Empresas / Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, coordenador. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-5614-756-7

1. Falências - Leis e legislação 2. Falências - Leis e legislação - Brasil  
3. Recuperação judicial (Direito) - Leis e legislação - Brasil I. Toledo, Paulo Fernando Campos Salles de.

21-75036

CDU-347.736(81)(094.56)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Leis comentadas : Falência : Direito comercial 347.736(81)(094.56)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

ALGUMAS PALAVRAS A TÍTULO DE APRESENTAÇÃO .....	5
SOBRE OS AUTORES .....	9
COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 1º A 6º .....	41

*Ruy Pereira Camilo Junior*

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º .....	41
1. A Crise da Empresa e seus Fatores .....	41
2. Histórico da Legislação da Insolvência Empresarial .....	44
3. A Revolução Copernicana da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.....	49
4. Principais pontos da reforma feita pela Lei 14.112, de 24 de dezembro de 2020 .....	51
5. Estrutura da Lei .....	54
6. Objetivos do Microsistema da Insolvência da Empresa .....	58
6.1. Insolvência e mercado .....	58
6.2. Os dois paradigmas: Uma questão de política pública .....	58
6.3. O Paradigma da Maximização do Valor dos créditos.....	60
6.4. Paradigma Institucionalista .....	63
6.5. O Regime Brasileiro de Insolvência: Institucionalismo Mitigado.....	65
7. Princípios da Lei .....	67
8. Abrangência pessoal da Lei: A restrição dos regimes recuperacional e falimentar ao Empresário e à Sociedade Empresária .....	70
Art. 2º .....	77
Art. 3º .....	83
Art. 4º .....	89

### CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA

Art. 5º .....	90
1. O sentido da inexigibilidade .....	91
2. As obrigações a título gratuito .....	92
3. As despesas com o Processo Concursal.....	93

Art. 6º .....	94
1. A ausência de lógica na redação do dispositivo e o que oculta.....	115
2. Da não sujeição à Recuperação Judicial dos créditos decorrentes de atos cooperativos .....	116
3. Da Inconstitucionalidade Formal e Material da Autorização para a Recuperação Judicial da Cooperativa Médica Operadora de Plano de Sa .....	117
Art. 6º-A.....	118
Art. 6º-B.....	119
Art. 6º-C.....	121
Referências bibliográficas .....	122
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 7º A 20-D .....</b>	<b>123</b>
<i>Marcelo Barbosa Sacramone</i>	
Art. 7º .....	123
Referências bibliográficas .....	126
Art. 7º-A.....	126
Referências bibliográficas .....	131
Art. 8º .....	131
Referências bibliográficas .....	133
Art. 9º .....	133
Referências bibliográficas .....	136
Art. 10.....	136
Referências bibliográficas .....	142
Art. 11.....	143
Art. 12.....	143
Art. 13.....	145
Art. 14.....	146
Art. 15.....	147
Art. 16.....	148
Art. 17.....	150
Art. 18.....	151
Art. 19.....	152
Art. 20.....	154
Art. 20-A .....	155
Referências bibliográficas .....	158
Art. 20-B .....	159
Referências bibliográficas .....	163
Art. 20-C .....	163
Art. 20-D.....	164

<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 21 A 25</b> .....	167
<i>Jose Anchieta da Silva</i>	
O Administrador Judicial .....	167
Art. 21 .....	167
Art. 22 .....	170
Art. 23 .....	184
Art. 24 .....	184
Art. 25 .....	188
Referências bibliográficas .....	194
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 26 A 34</b> .....	195
<i>Thomas Benes Felsberg e Victoria Vaccari Villela Boacnin</i>	
1. Introdução: Comitê de Credores – Histórico, presente e futuro do instituto legal .....	195
(i) Breve histórico .....	195
(ii) Dificuldades na aplicação prática .....	197
(iii) Lei nº 14.112/2020 – Problemas na LRE e alterações necessárias .....	199
2. Comentários por artigo .....	201
Art. 26 .....	201
Art. 27 .....	202
Art. 28 .....	205
Art. 29 .....	206
Art. 30 .....	207
Art. 31 .....	208
Art. 32 .....	209
Art. 33 .....	212
Art. 34 .....	213
Referências bibliográficas .....	213
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 35 A 39</b> .....	215
<i>Erasmoo Valladão A. e N. França e Marcelo Vieira von Adamek</i>	
1. A assembleia geral de credores na Lei 11.101/2005 .....	215
2. A assembleia é órgão da comunhão de credores .....	216
3. A assembleia é órgão que expressa a vontade coletiva da comunhão de credores .....	218
4. A assembleia é órgão hierarquicamente superior .....	219
5. A assembleia é órgão de funcionamento facultativo .....	219
6. Invalidez ( <i>lato sensu</i> ) da assembleia geral de credores .....	220
6.1. Inexistência e ineficácia .....	220
6.2. Invalidez ( <i>stricto sensu</i> ) .....	220
6.3. Vícios do voto, vícios das deliberações e vícios da assembleia .....	221

6.3.1.	Vícios do voto .....	222
6.3.2.	Vícios das deliberações .....	223
6.3.3.	Vícios da assembleia .....	224
6.4.	Mecanismos de impugnação .....	225
6.4.1.	Oposições de credores e incidentes.....	225
6.4.2.	Ação anulatória ou rescisória.....	226
6.5.	Consequências da invalidação da assembleia e de suas deliberações ....	227
7.	Controle de legalidade e de mérito: deliberações e plano .....	228
Art. 35.....		230
1.	Competências da assembleia geral de credores .....	230
2.	Competências na recuperação judicial .....	230
2.1.	Aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor (alínea “a” do inciso I) .....	230
2.2.	A constituição do comitê de credores, a escolha de seus membros e sua substituição (alínea “b” do inciso I) .....	232
2.3.	Dispositivo vetado (alínea “c” do inciso I) .....	232
2.4.	O pedido de desistência da recuperação judicial (alínea “d” do inciso I) .....	232
2.5.	O nome do gestor judicial, quando do afastamento do devedor (alínea “e” do inciso I) .....	232
2.6.	Qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores (alínea “f” do inciso I).....	233
2.7.	Alienação de bens ou direitos do ativo não circulante do devedor, não prevista no plano de recuperação judicial (alínea “g” do inciso I) .....	233
3.	Competências na falência .....	234
3.1.	Dispositivo vetado (alínea “a” do inciso II).....	234
3.2.	A constituição do comitê de credores, a escolha de seus membros e sua substituição (alínea “b” do inciso II) .....	234
3.3.	A adoção de outras modalidades de realização do ativo (alínea “c” do inciso II).....	234
3.4.	Qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores (alínea “d” do inciso II) .....	234
Art. 36.....		235
1.	Imprescindibilidade da convocação.....	235
2.	A competência para convocação da assembleia é exclusiva do juiz.....	236
3.	Edital de convocação: forma de publicação e conteúdo .....	236
3.1.	Local, data e hora da assembleia em primeira e em segunda convocação (inc. I) .....	237
3.2.	A ordem do dia (inc. II) .....	237
3.3.	Local onde os credores poderão, se for o caso, obter cópia do plano de recuperação judicial a ser submetido à deliberação da assembleia (inc. III).....	238

4. Afixação do edital de convocação na sede e filiais do devedor.....	238
5. Prazo de convocação.....	238
6. Despesas de convocação (e realização do conclave).....	239
Art. 37.....	240
1. Presidente e secretário da assembleia geral de credores .....	240
2. Poderes do presidente da assembleia geral de credores .....	241
3. Adiamento da assembleia geral de credores .....	243
4. Presidência da assembleia geral de credores para afastamento do devedor ....	244
5. Quórum de instalação.....	245
5.1. Créditos considerados na aferição do quórum de instalação.....	245
5.2. Quórum de instalação em primeira e segunda convocações .....	245
6. Presenças e lista de presença .....	246
7. Representação voluntária e legal.....	247
7.1. Mandatário .....	249
7.2. Representante legal.....	251
8. Representação sindical .....	254
9. Ata e lavratura .....	254
Art. 38.....	255
1. Cômputo do voto: regra geral .....	255
2. Voto de créditos em moeda estrangeira .....	256
Art. 39.....	257
1. Voto: título e legitimação .....	258
1.1. Credores constantes das sucessivas relações de credores .....	259
1.2. Credores habilitados ou com créditos admitidos ou alterados .....	260
1.3. Credores que tenham obtido reservas .....	260
1.4. Credores retardatários .....	261
1.5. Créditos excetuados .....	261
2. Estabilização das deliberações .....	262
3. Tutela da posição jurídica dos terceiros de boa-fé.....	263
4. Formas alternativas de deliberação .....	263
5. Voto abusivo .....	264
6. Cessão e promessa de cessão: a interpretação teleológica da regra e o seu alcance .....	268
Referências bibliográficas (além das obras, manuais e comentários em geral) .....	271
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 40 A 46 .....</b>	<b>273</b>
<i>Ricardo Tepedino</i>	
Art. 40.....	273
Art. 41.....	274
Art. 42.....	278
Art. 43.....	279
Art. 44.....	281

Art. 45.....	282
Art. 45-A .....	283
Art. 46.....	285
Referências bibliográficas .....	285
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 47 A 50-A .....</b>	<b>287</b>

*Francisco Satiro de Souza Junior*

### CAPÍTULO III DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Art. 47.....	287
1. A lógica da Recuperação Judicial (reorganização) .....	287
2. O conteúdo do art. 47 e seus “princípios” .....	292
Art. 48.....	293
1. Legitimação para recuperação judicial: empresário .....	294
2. Entidades não empresárias .....	296
3. Cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente .....	297
4. Produtores rurais.....	297
5. Outras limitações.....	300
6. As cooperativas médicas operadoras de planos de saúde .....	301
Art. 48-A .....	303
Art. 49.....	303
1. Créditos submetidos – existentes na data do pedido.....	305
2. Créditos excluídos total ou parcialmente dos efeitos da recuperação judicial .....	306
3. Os créditos tributários .....	307
4. Os créditos decorrentes de contratos de derivativos .....	307
5. Os créditos ligados à atividade rural .....	308
6. Credores proprietários, garantidos por penhor e outros casos .....	309
Art. 50.....	309
1. Liberdade para adoção de estratégias de reorganização.....	311
2. Conversão de dívida em capital social e sucessão do devedor .....	311
3. Venda integral da devedora.....	314
Art. 50-A .....	316
1. Cenário da Reforma .....	316
2. O tratamento tributário dos descontos ( <i>haircut</i> ) e das despesas com o plano ...	317
Referências bibliográficas .....	318
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 51 A 52 .....</b>	<b>319</b>

*Renato Luiz de Macedo Mange*

Art. 51.....	319
Art. 51-A .....	320



Art. 52.....	321
1. Artigo 51.....	323
a) Incisos I e II .....	323
b) Inciso III .....	324
c) Incisos IV e V .....	325
d) Inciso VI .....	326
e) Incisos VII – VIII – IX .....	326
f) Inciso X .....	326
g) Inciso XI .....	327
h) Parágrafos 1º ao 6º .....	327
2. Artigo 51-A.....	328
a) Constatação prévia .....	328
b) Parágrafo 1º .....	330
c) Parágrafo 2º .....	330
d) Parágrafos 3º e 4º .....	330
e) Parágrafo 5º e 6º .....	331
f) Parágrafo 7º .....	331
3. Artigo 52.....	331
a) Processamento da RJ.....	331
b) Inciso I.....	332
c) Inciso II .....	332
d) Inciso III .....	333
e) Inciso IV .....	334
f) Inciso V .....	334
g) Parágrafo 1º .....	334
h) Parágrafos 2º, 3º e 4º .....	335
4. Conclusão .....	335
Referências bibliográficas .....	336
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 53 E 54 .....</b>	<b>337</b>
<i>Adriana Valéria Pugliesi</i>	
Art. 53.....	337
1. O plano de recuperação judicial do devedor .....	337
2. Conteúdo do plano .....	340
2.1. Introdução.....	340
2.2. Inciso I.....	340
2.3. Incisos II e III.....	342
3. Publicidade do plano .....	349
Art. 54.....	349
Referências bibliográficas .....	351

<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 55 A 59</b> .....	353
<i>Sheila C. Neder Cerezetti</i>	
Art. 55.....	353
Art. 56.....	358
1. Assembleia-geral para deliberação sobre o plano de recuperação judicial.....	359
2. A alteração do plano de recuperação.....	362
3. Plano de recuperação judicial apresentado pelos credores.....	365
Art. 56-A .....	371
Art. 57.....	374
Art. 58.....	377
1. Apreciação judicial do plano de recuperação .....	379
2. Concessão da recuperação judicial por meio do <i>cram down</i> .....	383
Art. 58-A .....	389
Art. 59.....	392
1. A novação de créditos na recuperação judicial.....	392
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 60 A 63</b> .....	405
<i>João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea</i>	
Art. 60.....	405
1. Alienação de estabelecimento e outros ativos livres de dívidas .....	405
1.1. Coerência da regra .....	409
1.2. Constitucionalidade .....	410
1.3. Requisitos.....	411
1.3.1. Previsão da alienação no plano de recuperação.....	411
1.3.2. Impossibilidade de o arrematante ser pessoa ligada ao devedor... ..	412
1.3.3. Alienação por modalidade competitiva.....	413
2. Extensão da exoneração .....	416
3. Outros negócios jurídicos.....	420
Referências bibliográficas .....	420
Art. 60-A .....	421
1. Polêmica expressão “unidade produtiva isolada” .....	421
2. Esvaziamento patrimonial e proteção de adquirentes de boa-fé.....	424
Referências bibliográficas .....	428
Art. 61.....	428
1. Execução judicial do plano.....	428
1.1. Fiscalização judicial: direito das partes ou prerrogativa do juiz?.....	429
1.2. Limite de até dois anos e consolidação do quadro geral de credores... ..	431
2. Convolação em falência e princípio da prudência.....	432
3. Convolação em falência e reversão da novação .....	432
4. Alterações do plano durante a execução .....	432
Referências bibliográficas .....	433

Art. 62.....	433
Referência bibliográfica.....	435
Art. 63.....	435
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 64 A 69 .....</b>	<b>439</b>
<i>Leonardo Adriano Ribeiro Dias</i>	
Art. 64.....	439
Art. 65.....	446
Art. 66.....	449
Art. 66-A .....	459
Art. 67.....	463
Art. 68.....	472
Art. 69.....	474
Referências bibliográficas .....	476
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 69-A A 69-F .....</b>	<b>477</b>
<i>Fabiana Bruno Solano Pereira</i>	
Art. 69-A .....	482
1. A Experiência do “DIP” no Brasil. Contexto da Reforma .....	477
2. As Modalidades de Financiamento ao Devedor em Recuperação Judicial.....	482
2.1. O “DIP” introduzido na Seção IV-A do Capítulo III da Lei nº 11.101/05 .....	483
2.1.1. Autorização Judicial .....	483
2.1.2. Garantia de Bens do Ativo Não Circulante.....	484
2.1.3. Finalidade do Financiamento .....	487
Art. 69-B .....	488
2.2. Os Privilégios do Financiamento previsto na Seção IV-A .....	488
2.3. Breves Notas sobre o Mútuo Pós Concursal previsto no Artigo 67 da Lei nº 11.101/05 .....	490
3. O Financiamento do Devedor na Recuperação Extrajudicial.....	492
Art. 69-C.....	493
Art. 69-D.....	494
3.1. Questões Controvertidas relacionadas à Amplitude dos Privilégios Legais no Financiamento previsto na Seção IV-A.....	495
Art. 69-E.....	497
Art. 69-F.....	498
4. Conclusão .....	498
Referências bibliográficas .....	500
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 69-G A 69-L .....</b>	<b>501</b>
<i>Sérgio Campinho</i>	
Art. 69-G.....	501

1. Pedido Conjunto de Recuperação Judicial.....	501
2. A Direção Unitária como Pressuposto para a Configuração de Grupo Econômico .....	504
3. “Grupo sob Controle Societário Comum”: <i>Um Minus?</i> .....	507
4. Juízo Competente.....	508
Art. 69-H.....	510
1. Regularidade do Pedido e Nomeação de um Único Administrador Judicial... ..	510
Art. 69-I.....	511
1. Fundamentos da Consolidação Processual.....	512
2. Planos Isolados e Plano Único .....	512
Art. 69-J .....	514
1. Plano Unitário .....	514
2. Tratamento Dispensado pela Lei Reformadora à Consolidação Substancial .....	515
3. Evolução ou Involução do Instituto? .....	516
Art. 69-K .....	519
1. Efeitos sobre as Garantias .....	519
Art. 69-L.....	520
1. Percurso do Plano Unitário.....	520
2. Rejeição do Plano Unitário pela Assembleia Geral de Credores .....	521
Referências bibliográficas .....	522
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 70 A 72 .....</b>	<b>523</b>
<i>Maria Cristina Zucchi</i>	
Art. 70.....	527
Art. 70-A .....	533
Art. 71 .....	538
Art. 72.....	543
Referências bibliográficas .....	550
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 73 A 74 – DA CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA: ASPECTOS E REFLEXÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES DA LEI 14.112/2020.....</b>	<b>551</b>
<i>Luiz Fernando Valente de Paiva e Thiago Braga Junqueira</i>	
Introdução .....	551
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>DA CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA</b>	
Art. 73.....	551
Art. 74.....	565
Referências bibliográficas .....	566

<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 75 A 82</b> .....	567
--	-----

*Alberto Camiña*

**CAPÍTULO V  
DA FALÊNCIA**

Art. 75.....	567
Art. 76.....	572
Art. 77.....	575
Art. 78.....	577
Art. 79.....	577
Art. 80.....	578
Art. 81.....	579
Art. 82.....	580
1. Sobre a competência .....	581
1.1. Sobre o rito .....	582
2. Sobre a indisponibilidade .....	582
3. Prescrição .....	583
4. A extinção das obrigações do falido e a ação de responsabilidade .....	586
5. Responsabilidade civil .....	586
6. Legitimidade ativa .....	586
7. A previsão do artigo 1.080 do Código Civil.....	587
8. A responsabilidade do administrador .....	587
9. A responsabilidade do acionista controlador .....	588
10. Ação de integralização do capital.....	588
11. Ação de responsabilidade e arbitragem .....	591
Art. 82-A .....	592

<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 83 A 84</b> .....	597
--	-----

*Daltro Borges Filho e Simone Barros*

Art. 83.....	597
Art. 84.....	598
1. Quanto aos Crédito Concursais.....	603
1.1. Créditos Trabalhistas – Limite de Valor e Equiparação e Créditos por Acidente do Trabalho (Art. 83, I) .....	603
1.2. Créditos com Direito Real de Garantia – Limite Valor do Bem Gravado (Art. 83, II, e Art. 83, § 1º) .....	607
1.3. Créditos Tributários (Art. 83, III) .....	609
1.4. Créditos Quirografários: Definidos por Exclusão (Art. 83, VI, <i>caput</i> e “a”); Derivados Daqueles com Direito Real de Garantia (Art. 83, VI, “b”); e Derivados dos Trabalhistas (Art. 83, VI, “c”) .....	611
1.5. Créditos por Multas Contratuais e Penas Pecuniárias (Art. 83, VII) ...	612
1.6. Créditos Subquirografários (art. 83, VIII, “a” e “b”) .....	614

1.7.	Juros Vencidos após Falência (art. 83, IX) .....	617
1.8.	Inoponibilidade, à Massa Falida, do Direito do Sócio à Parcela do Capital Social na Liquidação da Sociedade (art. 83, § 2º) .....	618
1.9.	Não Exigibilidade das Cláusulas Penais dos Contratos Unilaterais Vencidos em virtude da Falência (art. 83, § 3º) .....	618
1.10.	Cessão de Créditos trabalhistas (art. 83, § 5º) .....	619
1.11.	Créditos com Privilégios Especial e Geral Equiparados aos Quirografários (art. 83, § 6º) .....	622
2.	Quanto aos Créditos Extraconcursais .....	624
2.1.	Pagamento imediato das despesas com administração da massa falida (art. 150) e dos últimos 3 meses de salários em atraso, limitando a 5 salários mínimos por trabalhador (art. 151) (art. 84, I-A e § 1º) .....	624
2.2.	Financiamento na Recuperação Judicial – <i>Dip Finance</i> (art. 84, i-b) ...	625
2.3.	Pagamentos em Dinheiro dos Pedidos de Restituição do art. 86 (art. 84, I-C) .....	627
2.4.	Remuneração do Administrador Judicial, dos seus Auxiliares, e os Reembolsos dos membros do Comitê de Credores e Dívidas Trabalhistas e de Acidentes do Trabalho, após a Decretação da Falência (art. 84, I-D) .....	629
2.5.	Obrigações Resultantes de Atos Jurídicos Válidos na Recuperação Judicial (art. 67), ou após a Decretação da Falência (art. 84, I-E) .....	630
2.6.	Créditos por Quantias fornecidas por Credores na Falência (Art. 84, II) .....	631
2.7.	Créditos por Despesas na Administração da massa falida (Art. 84, III) .....	631
2.8.	Créditos por Custas Judiciais de Sucumbência contra a massa falida (art. 84, IV) .....	633
2.9.	Tributos por Fatos Geradores posteriores à Falência (art. 84, V) .....	636
2.10.	Prioridade Absoluta da Compensação, conforme art. 122 (art. 84, § 2º) .....	636
	Conclusão .....	637
	Referências bibliográficas .....	638
	<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 85 A 93</b> .....	639
	<i>Manoel Justino Bezerra Filho</i>	
	Art. 85 .....	640
	Art. 86 .....	648
	Art. 87 .....	654
	Art. 88 .....	656
	Art. 89 .....	657
	Art. 90 .....	658
	Art. 91 .....	659
	Art. 92 .....	660

Art. 93.....	660
Referências bibliográficas .....	663
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 94 A 101.....</b>	<b>665</b>
<i>Paulo Furtado de Oliveira Filho</i>	
Art. 94.....	665
Referências bibliográficas .....	668
Art. 95.....	668
Art. 96.....	668
Referências bibliográficas .....	670
Art. 97.....	670
Referência bibliográfica.....	672
Art. 98.....	672
Referência bibliográfica.....	673
Art. 99.....	673
Referências bibliográficas .....	676
Art. 100.....	676
Referência bibliográfica.....	677
Art. 101.....	677
Referência bibliográfica.....	678
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 102 A 107.....</b>	<b>679</b>
<i>Luiz Antonio Sampaio Gouveia</i>	
Art. 102.....	680
Art. 103.....	680
Art. 104.....	680
Art. 105.....	681
Art. 106.....	682
Art. 107.....	682
1. Introdução.....	682
2. Prologo necessário.....	682
3. Dos artigos 102 a 107, desde a origem da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, até a modificação decorrente da Lei n. 14.112, de 24 de dezembro de 2020.....	688
4. Da inabilitação empresarial, dos direitos e deveres do falido.....	690
5. Da falência requerida pelo próprio devedor.....	692
6. Da reabilitação do falido e o <i>fresh start</i> .....	694
Conclusão .....	701
Referências bibliográficas .....	702
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 108 A 114.....</b>	<b>703</b>
<i>Juliana Bumachar</i>	
Art. 108.....	703

Art. 109.....	706
Art. 110.....	707
Art. 111.....	708
Art. 112.....	709
Art. 113.....	709
Art. 114.....	710
Art. 114-A.....	711
Referências bibliográficas.....	712
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 115 A 128.....</b>	<b>713</b>
<i>Assione Santos</i>	
Art. 115.....	713
Art. 116.....	715
Art. 117.....	717
Art. 118.....	719
Art. 119.....	720
Art. 120.....	729
Art. 121.....	730
Art. 122.....	731
Art. 123.....	733
Art. 124.....	734
Art. 125.....	736
Art. 126.....	737
Art. 127.....	737
Art. 128.....	739
Referências bibliográficas.....	740
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 129 A 138.....</b>	<b>741</b>
<i>Manoel de Queiroz Pereira Calças</i>	
Art. 129.....	741
1. Projeção retroativa da sentença de falência.....	742
2. Atos ineficazes do devedor (art. 129).....	743
3. Hipóteses de ineficácia objetiva.....	743
1. Pagamento de dívida não vencida (art. 129, I).....	743
2. Pagamento de dívida por forma não prevista no contrato (art. 129, II) ...	744
3. Constituição de direito real de garantia (art. 129, III).....	744
4. Prática de atos a título gratuito (art. 129, IV).....	745
5. Renúncia à herança ou legado (art. 129, V).....	746
6. Alienação do estabelecimento empresarial (art. 129, VI).....	746
7. Registros de direitos reais posteriores à falência (art. 129, VII).....	747
4. Ineficácia na Lei das Sociedades Anônimas: reembolso de acionista.....	748
5. Declaração de ineficácia.....	749



Art. 130.....	750
Art. 131.....	751
Art. 132.....	752
Art. 133.....	753
Art. 134.....	754
Art. 135.....	754
Art. 136.....	755
Art. 137.....	757
Art. 138.....	758
Referências bibliográficas .....	758
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 139 A 148.....</b>	<b>759</b>
<i>Tatiana Flores G. Serafim</i>	
Art. 139.....	759
Art. 140.....	760
Art. 141.....	764
1. Sub-rogação no produto da alienação dos ativos.....	765
2. Não sucessão do arrematante.....	766
3. Exceções à regra da sucessão .....	768
4. Novos contratos de trabalho .....	769
5. Rateio dos custos operacionais .....	769
Art. 142.....	770
1. Leilão eletrônico, presencial ou híbrido.....	773
2. Processo competitivo.....	775
3. Qualquer modalidade aprovada nos termos da Lei .....	775
Art. 143.....	776
Art. 144.....	778
Art. 144-A .....	779
Art. 145.....	780
Art. 146.....	782
Art. 147.....	782
Art. 148.....	783
Referências bibliográficas .....	784
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 149 A 160 – PAGAMENTO, ENCERRAMENTO, EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>785</b>
<i>Gabriel Saad Kik Buschinelli e Ana Elisa Laquímia de Souza</i>	
Art. 149.....	785
1. A ordem dos pagamentos.....	785
2. A forma e o tempo de implementação dos pagamentos referidos no art. 149....	790
3. Reservas.....	792
4. Levantamento dos valores eventualmente depositados em juízo .....	793

Art. 150.....	793
Art. 151.....	795
Art. 152.....	797
Art. 153.....	798
Art. 154.....	801
Art. 155.....	802
Art. 156.....	802
1. Encerramento da falência: pressupostos.....	803
2. Manutenção da personalidade jurídica.....	803
Art. 157.....	804
Art. 158.....	804
Art. 159.....	809
Art. 159-A.....	811
Art. 160.....	811
Referências bibliográficas.....	812
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 161 A 167.....</b>	<b>813</b>
<i>Marcelo Vieira von Adamek</i>	

## CAPÍTULO VI DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

1. A mudança de paradigma: o incentivo às negociações diretas e às soluções de mercado.....	813
2. Os meios preventivos e a recuperação extrajudicial.....	815
3. Características gerais.....	815
4. Espécies.....	817
5. A recuperação extrajudicial e a judicial: campos aplicativos.....	817
Referências bibliográficas.....	819
Art. 161.....	819
1. Legitimidade ativa (requisitos subjetivos).....	819
1.1. Impedimentos (ou requisitos negativos).....	822
1.2. Legitimidade ativa do produtor rural.....	822
2. Legitimidade passiva (credores abrangidos).....	823
2.1. Exclusão de créditos fiscais.....	825
2.2. Outros créditos excluídos.....	826
2.3. Inclusão dos créditos trabalhistas.....	827
3. O plano de recuperação extrajudicial: conteúdo e limites (requisitos objetivos).....	827
3.1. Adesão ao plano e desistência (ou retratação).....	828
3.2. Da situação jurídica do devedor na pendência do pedido de homologação.....	829
3.3. O plano de recuperação em homologação e a suspensão de ações e execuções.....	830

3.4. O plano de recuperação extrajudicial homologado e os seus efeitos ...	831
3.5. O plano de recuperação homologado e os crimes concursais.....	832
Referências bibliográficas (além das obras, manuais e comentários em geral) .....	833
Art. 162.....	833
1. Recuperação extrajudicial meramente homologatória ou “facultativa” (homologação simples) .....	833
2. Amplitude subjetiva e documentos exigidos .....	834
3. O plano de recuperação extrajudicial e o tratamento diferenciado entre os credores signatários .....	835
Art. 163.....	836
1. Recuperação extrajudicial impositiva (a homologação expansiva).....	837
2. Credores sujeitos .....	838
3. Maioria necessária e o seu cálculo.....	839
3.1. Adesões posteriores .....	841
3.2. Credores excluídos do cômputo .....	841
4. Respeito à igualdade entre os credores.....	842
5. Instrução do pedido: documentos exigidos .....	843
6. Suspensão de ações e execuções .....	845
7. Aditamento ao plano de recuperação extrajudicial .....	845
8. Conversão da recuperação extrajudicial em judicial.....	845
Art. 164.....	846
1. O pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial: procedi- mento .....	846
2. Legitimidade ativa e litisconsórcio.....	847
3. Petição inicial e instrução .....	848
4. Foro competente .....	849
5. Distribuição e seus efeitos.....	849
6. Despacho inicial .....	850
7. Administrador judicial .....	850
8. Ministério Público .....	851
9. Convocação dos credores: abrangência, edital e cartas .....	851
10. Impugnação: natureza jurídica, legitimidade e limitação temática .....	853
11. Réplica.....	856
12. Instrução sumária.....	856
13. Sanação de vícios .....	856
14. Desistência do pedido de homologação .....	857
15. Sentença .....	857
16. Sucumbência .....	858
17. Recurso cabível e seus efeitos .....	859
18. Coisa julgada e ações autônomas de impugnação .....	859
19. Medidas de urgência .....	859
20. Reapresentação do pedido de homologação .....	859

Art. 165.....	860
1. Efeitos do plano de recuperação extrajudicial.....	860
Referência bibliográfica.....	862
Art. 166.....	862
1. Alienação judicial de filiais ou unidades produtivas isoladas: procedimento.....	863
2. Disciplina da sucessão e da proteção do ato contra revogação na falência.....	864
Art. 167.....	865
1. A relevância do art. 167 da LRE.....	865
2. Acordos privados entre devedor e credores.....	866
3. Pactos paraconcursais.....	867
3.1. Pactos entre devedor e credores.....	868
3.2. Pactos entre credores.....	870
3.2.1. Os acordos de voto.....	872
3.2.2. Os acordos entre credores, inclusive de voto, e a publicidade ...	874
Referências bibliográficas (além das obras, manuais e comentários em geral).....	876
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 167-A A 167-G.....</b>	<b>877</b>

*Paulo Fernando Campos Salles de Toledo e Sabrina Maria Fadel Becue*

#### **CAPÍTULO VI-A DA INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL**

Art. 167-A.....	878
Art. 167-B.....	886
Art. 167-C.....	890
Art. 167-D.....	892
Art. 167-E.....	893
Art. 167-F.....	894
Art. 167-G.....	896
Referências bibliográficas.....	899
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 167-H A 167-O – INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL. DISPOSIÇÕES GERAIS. ACESSO À JURISDIÇÃO. RECONHECIMENTO DE PROCESSOS.....</b>	<b>901</b>

*Paulo Fernando Campana Filho*

1. Introdução à Seção III do Capítulo VI-A.....	901
1.1. Universalismo e territorialismo.....	901
1.2. Os modelos teóricos híbridos e o universalismo modificado.....	903
1.3. As insolvências estrangeiras no Brasil antes da reforma.....	905
1.4. Reconhecimento do processo estrangeiro ou homologação da sentença estrangeira?.....	907
Art. 167-H.....	910
2. Comentários ao art. 167-H.....	911
2.1. Legitimidade para requerer o reconhecimento de processos estrangeiros (art. 167-H, <i>caput</i> ).....	911

2.2.	Documentos comprobatórios da existência do processo e da nomeação do representante estrangeiro (art. 167-H, § 1º) .....	913
2.3.	Relação dos processos estrangeiros relativos ao devedor (art. 167-H, § 2º) .....	916
2.4.	Tradução para o português (Art. 167-H, § 3º) .....	917
Art. 167-I	.....	918
3.	Comentários ao art. 167-I .....	918
3.1.	Processo estrangeiro e representante estrangeiro (art. 167-I, I) .....	919
3.2.	Autenticidade de documentos estrangeiros (art. 167-I, II) .....	920
3.3.	Consideração sobre a localização do centro de interesses principais (art. 167-I, III) .....	921
3.4.	Quanto à definição do centro de interesses principais do devedor .....	923
3.5.	As decisões europeias e norte-americanas a respeito do centro de principais interesses .....	925
Art. 167-J	.....	927
4.	Comentários ao art. 167-J .....	928
4.1.	Reconhecimento do processo estrangeiro e exceção da ordem pública (Art. 167-J, <i>caput</i> ) .....	928
4.2.	Requisitos para o reconhecimento do processo estrangeiro (Art. 167-J, I a IV) .....	930
4.3.	Reconhecimento do processo estrangeiro como principal ou não principal (Art. 167-J, § 1º) .....	933
4.4.	Transferência do centro de interesses principais (art. 167-J, § 2º) .....	933
4.5.	Modificação ou revogação da decisão de reconhecimento (art. 167-J, § 3º) .....	935
4.6.	Recurso contra a decisão que decide sobre o pedido de reconhecimento (art. 167-J, § 4º) .....	936
Art. 167-K	.....	936
5.	Comentários ao art. 167-K .....	936
Art. 167-L	.....	937
6.	Comentários ao art. 167-L .....	938
6.1.	Medidas de tutela provisória (art. 167-L, <i>caput</i> ) .....	939
6.2.	Encerramento das medidas provisórias (art. 167-L, § 1º) .....	940
6.3.	Recusa na concessão da medida provisória (art. 167-L, § 2º) .....	941
Art. 167-M	.....	942
7.	Comentários ao art. 167-M .....	942
7.1.	Medidas que decorrem do reconhecimento do processo estrangeiro principal (art. 167-M, <i>caput</i> ) .....	943
7.2.	Suspensão das execuções e medidas individuais dos credores (art. 167-M, I) .....	944
7.3.	Suspensão do curso da prescrição das execuções contra o devedor (art. 167-M, II) .....	945

7.4. Ineficácia da disposição de bens do ativo não circulante do devedor (art. 167-M, III) .....	946
7.5. Extensão, modificação ou cessação das medidas automáticas de reconhecimento do processo estrangeiro principal (art. 167-M, § 1º) .....	947
7.6. Conservação do direito de ajuizar e de prosseguir processos judiciais e arbitrais (art. 167-M, § 2º).....	948
7.7. Não sujeição de créditos às medidas de assistência ao processo estrangeiro principal (art. 167-M, § 3º) .....	948
Art. 167-N .....	949
8. Comentários ao art. 167-N .....	950
8.1. Medidas que podem ser concedidas quando do reconhecimento do processo estrangeiro (art. 167-N, <i>caput</i> ) .....	951
8.2. Autorização para promover a destinação do ativo do devedor (art. 167-N, § 1º) .....	953
8.3. Restrição de medidas de assistência no caso de reconhecimento de processo estrangeiro não principal (art. 167-N, § 2º).....	955
8.4. Medidas de assistência que afetam direitos materiais.....	956
Art. 167-O .....	959
9. Comentários ao art. 167-O .....	960
9.1. Proteção dos interesses dos credores e de outras partes interessadas (art. 167-O, <i>caput</i> ) .....	960
9.2. Atendimento a condições que o juiz considerar apropriadas (art. 167-O, § 1º) .....	961
9.3. Possibilidade de modificação ou revogação de medidas de assistência (art. 167-O, § 2º) .....	962
9.4. Ineficácia e revogação de atos praticados (art. 167-O, §§ 3º e 4º).....	963
Referências bibliográficas .....	965
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 167-P A 167-Y .....</b>	<b>967</b>
<i>Renata Mota Maciel</i>	
Art. 167-P .....	967
Art. 167-Q .....	970
Art. 167-R .....	971
Art. 167-S.....	973
Art. 167-T.....	975
Art. 167-U .....	976
Art. 167-V .....	977
Art. 167-W .....	978
Art. 167-X .....	978
Art. 167-Y.....	979
Referências bibliográficas .....	979

**COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 168 A 178 – CRIMES DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESA E DE FALÊNCIAS** ..... 981

*Arthur Migliari Júnior*

**CAPÍTULO VII  
DISPOSIÇÕES PENAIIS**

Art. 168.....	985
Art. 169.....	1004
Art. 170.....	1005
Art. 171.....	1006
Art. 172.....	1007
Art. 173.....	1011
Art. 174.....	1015
Art. 175.....	1017
Art. 176.....	1018
Art. 177.....	1019
Art. 178.....	1022
Referências bibliográficas .....	1027

**COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 179 A 188** ..... 1029

*Otávio Joaquim Rodrigues Filho*

Art. 179.....	1029
Art. 180.....	1033
Art. 181.....	1036
Art. 182.....	1038
Art. 183.....	1041
Art. 184.....	1044
Art. 185.....	1046
Art. 186.....	1050
Art. 187.....	1053
Art. 188.....	1056
Referências bibliográficas .....	1057

**COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 189 A 201** ..... 1059

*Álvaro A. C. Mariano*

**CAPÍTULO VIII  
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 189.....	1059
Art. 189-A .....	1071
Art. 190.....	1074
Art. 191.....	1075
Art. 192.....	1078
Art. 193.....	1082

Art. 193-A .....	1084
Art. 194.....	1085
Art. 195.....	1085
Art. 196.....	1086
Art. 197.....	1087
Art. 198.....	1088
Art. 199.....	1091
Art. 200.....	1093
Art. 201.....	1094
Referências bibliográficas .....	1117
<b>COMENTÁRIOS AO – ARTIGO 10-A DA LEI 10.522/2002 – O NOVO PARCELAMENTO ESPECIAL PARA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>	<b>1121</b>
<i>Paulo Penalva</i>	
1. Introdução.....	1121
2. A evolução da legislação sobre o parcelamento tributário destinado à empresa em recuperação judicial.....	1122
2.1. A edição da Lei do Parcelamento Tributário Federal (Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014) .....	1123
3. O advento da Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020, e a nova disciplina do parcelamento .....	1126
4. Principais aspectos da nova disciplina do parcelamento .....	1126
4.1. Parcelamento destinado a devedor em recuperação judicial.....	1126
4.2. Dívidas que podem ser objeto do Parcelamento.....	1129
4.2.1. Débitos existentes na data do pedido .....	1129
4.2.2. Débitos tributários e não tributários – Natureza jurídica das Multas .....	1131
4.2.3. Benefícios concedidos ao devedor: prazo e meios de liquidação do passivo .....	1133
4.2.4. Os débitos devem ser parcelados ou garantidos .....	1134
4.2.5. A manutenção da regularidade fiscal como requisito para manutenção do parcelamento .....	1134
4.3. Condições excessivamente onerosas .....	1135
4.3.1. Ônus não inferiores aos previstos na legislação anterior .....	1136
5. Conclusão .....	1138
Referências bibliográficas .....	1139
<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 10-B E 10-C DA LEI 10.522/2002.....</b>	<b>1141</b>
<i>Eduardo Mattar</i>	
1. A transação fiscal .....	1147
2. Transação fiscal para devedoras em recuperação judicial.....	1149
Referências bibliográficas .....	1154
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-ANALÍTICO.....</b>	<b>1155</b>